

126129

A INVENÇÃO DO SABER (*)

Gerardo Mello Mourão

Em princípio e afinal, que é o saber? Quando, onde, como e por que sua invenção incorporou-se à história do mundo como a mais fascinante e a mais perigosa das aventuras ousadas pelo homem?

A história, como caminho para o passado, isto é, para as fontes inaugurais de nossa pobre e estupenda raça planetária, é apenas um beco sem saída. Os próprios historiadores sabem disso. Quando não conseguem dar mais um passo, no limiar dos caminhos imemorais, costumam dizer que, daí para lá, as coisas "*se perdem na noite dos tempos*".

Não é, pois, a história que nos há de ajudar, mas exatamente esse denso espaço de mistérios aonde não entram os historiadores — a noite dos tempos. É dentro dela, de resto, que nasce o tempo histórico. Para lá dele — "*ailleurs*" — . . . "*irgendwo*" — situa-se o tempo mítico, o tempo auroral do ser e do existir do homem.

Não é por acaso que todos os profetas vão buscar a substância elementar de suas profecias nos acontecimentos ao mesmo tempo virginais e prístinos do tempo mítico. O mito precede a história e, pois, preside a história. O próprio materialismo histórico sabe disto, e Marx mergulha a teoria da luta de classes na madrugada do tempo mítico, quando Caim, o primeiro senhor de terras e o pai da agro-indústria, assassina seu irmão Abel, bucólico pastor do país primevo. Caim teria sido o braço dominador da classe industrial, que esmagou Abel, o primeiro representante da economia agrária.

(*) Conferência proferida por ocasião dos Encontros Culturais da UFC, promovidos pelo Fórum Universitário de Educação, Ciência e Cultura, em 1982.

Foi também no tempo auroral do mito que o homem se arriscou à invenção do saber. O saber foi sua primeira aventura humana, seu primeiro gesto de liberdade, seu primeiro anelo de grandeza e de dominação, sua primeira rebelião contra os deuses, sua primeira aliança com o Demônio, o primeiro passo e o primeiro desafio ao perigo, para sentar-se ao lado da Divindade como o Senhor do Mundo. Está no mito do Paraíso Terrestre, no Livro do Gênesis: "não comereis do fruto da árvore da ciência do bem e do mal". E a voz da serpente: — "por que não? no dia em que o comerdes, sereis como deuses, tendo o saber de tudo". A tentação do saber foi mais poderosa do que a ordem divina: o fruto era belo e deleitoso. Os pais da raça humana, investindo-se pela primeira vez da própria liberdade, do privilégio do livre arbítrio, comeram e ficaram, desde então, de olhos abertos diante do mundo.

A invenção do saber está marcada pelo mesmo sentido de rebelião contra os deuses em todas as mitologias. Bastem, para o entendimento de nossa cultura judaico-helênica do mundo ocidental, os episódios da Bíblia e da mitologia grega. Pois, também na Grécia, o facho do saber é arrebatado aos deuses por Prometeu, no mesmo gesto de desafio e de audácia de Adão e Eva, sendo igualmente castigado pela cólera dos deuses.

Parece claro, assim, que o saber é uma invenção do homem. Mais do que isto: a invenção, a única invenção, a invenção por excelência, de que foi capaz a criatura humana.

Vale a pena deixar claro, desde logo, que o saber não conduz o homem à felicidade paradisíaca, lançando-o, ao contrário, no caminho permanente de uma peripécia de perigo, a uma coexistência com a aflição e com a tragédia. Pois é pela porta do saber que o ser humano é expulso da ignorância celestial, a doura ignorância do paraíso perdido.

O objeto do saber não é, pois, a felicidade, mas o poder. Foi inventado para assegurar aquilo a que Max Scheler chamaria "o posto do homem no Cosmos" — o posto do alto do qual ele cumpra o exercício do poder sobre as coisas, os lugares e as pessoas. E antes de tudo — sobre si mesmo. Pois é ao saber — ao saber-se — que o homem toma consciência de si mesmo, essa consciência que possibilita o espírito, e graças à qual ele se distingue como uma presença autônoma e livre, distinta dos objetos circundantes. O saber é, assim, o território próprio de cada um de nós, e é dele que

surge o poder de definição das coisas e dos seres — o *Logos* — a palavra. E é por isto que, como quer o filósofo — “a palavra é a morada do ser”. E o espírito é a coisa do saber, assim como a luz é coisa da aurora.

Guardo, eu mesmo, uma imperecível lembrança. Numa longínqua manhã de primavera, acabava de atravessar o Reno e, vagamente embriagado pelo prestígio do sagrado rio hoelderliniano, desembarquei, quase inesperadamente, na pequena praça onde se ergue a Universidade de Heidelberg. Com os olhos em lágrimas, li comovido a inscrição insculpida no pórtico venerando: — “Den Lebendigen Geist” — “Ao espírito vivo”.

Anos depois, numa velha rua de Hanoi, na Indochina, sou levado a visitar uma das mais antigas Universidades da Ásia, com 2 mil anos de vida. No pórtico por onde se entra em sua biblioteca de pedra, e em que se erguem, entre as flores silvestres, as estelas dos doutores, sou surpreendido pela mesma inscrição que o intérprete me traduz, comovido: — “Ao espírito vivo”.

O homem logrou a invenção do espírito, a lograr a invenção do saber. Essa invenção, projetando-se do tempo mítico, plantou, no tempo histórico, a invenção da Universidade.

O saber, para Parmênides, o primeiro filósofo que dele se ocupa, é um discernir. Discernir, antes de tudo a si mesmo, para poder, depois, discernir o mundo com seus objetos. Para Sócrates, segundo Platão, esse discernir leva a um definir, isto é, a distinguir entre o que é e o que parece ser. Todos conhecem o episódio da Caverna de Platão, exemplar para a distinção entre o que é o que parece ser: uns homens viviam numa caverna, donde nunca saíam. Do mundo exterior conheciam apenas as sombras que se desenhavam no chão ou nas paredes da caverna, sempre que alguém passava diante de sua abertura, para a qual tinham voltadas as costas.

Acreditavam, então, que todos os seres que viviam fora da gruta eram puras sombras. Um dia, um dos habitantes da caverna veio à superfície da terra e viu os homens de carne e osso que ali se moviam. Voltou à gruta e contou aos outros que as pessoas não eram aquelas sombras. Eram seres humanos perfeitos e acabados, e as sombras eram apenas a projeção de suas figuras.

Não acreditaram. Denunciaram-no como mentiroso. Julgaram-no como impostor e o mataram, para que não continuasse a perturbar a paz da caverna, destruindo a verdade

que sabiam. Foi — e será sempre uma temeridade — para o homem de todos os tempos, sair das cavernas em que o conhecimento se limita àquilo que parece ser e, pois, é um falso conhecimento.

Saber é mais do que supor: é distinguir — repita-se — entre o que é e o que parece ser. É mais do que isto, a averiguar em que consiste aquilo que é: a essência. Isto é: aquele espírito vivente que é o ser humano, homenageado no frontispício das velhas Universidades, por ele e para ele criadas, numa inscrição que é, no fundo a mesma que ainda hoje se lê no alto do templo de Delfos: “Gnoti seauton” — Conhece-te a ti mesmo. Nem será por acaso que Sócrates, ao fundar a primeira Universidade de nosso mundo ocidental, recorda, na passagem culminante dos diálogos platônicos, a divisa que viria a ser a protogaláxia de todo o saber dos tempos: — conhece-te, aprende-te, sabe-te a ti mesmo (caverna).

Um dia, um filósofo, chamado Sócrates, comprou um lote de terra em Atenas, de um proprietário de imóveis da época, chamado Akademos, para ali instalar aquilo que viria a ser a primeira Universidade, “mater” e modelo de todas as outras que a Europa e o Ocidente vieram a conhecer. A escola tomou o nome do antigo proprietário do terreno, e passou a chamar-se “Academia”. Um dos discípulos dessa primeira Universidade, numa época em que o saber ainda se guardava na mera mnemônica, teve a grandeza de escrever algumas dessas aulas memoráveis, certamente as fundamentais, e transmiti-las à posteridade. O núcleo central de todas elas é a lenda delfica do templo de Apolo, sobre a necessidade do saber, da qual o saber-se a si mesmo é o ponto de partida.

Se o saber é a categoria do ser para encontrar-se a si mesmo, a invenção da Universidade é uma categoria do saber, para a distribuição dos produtos do saber — privilégio do indivíduo — à sociedade humana em que se integra — e que o integra — pois o homem, de carne e osso, que come, bebe, ama, vive e morre, como queria Unamuno, será sempre, para ser inteiro, aquele “hombre y su circunstância” da definição de Ortega. O “Da-sein” e o “Mitsein” de Heidegger, já que ser é ser em alguma parte com alguém.

Com os produtos do saber — a ciência, a cultura e a educação — operados na Universidade, o homem do saber incorporou o poder, e criou a história à sua imagem e semelhança. A própria deusa da sabedoria, aquela que sairia da

cabeça de Zeus, a divina Pallas Athinaia, nas lições que dava ao jovem Telêmaco, assumia o papel de mestre e educadora. Queria que, ao aprender suas lições, Telêmaco se tornasse um ser à imagem e semelhança dos deuses.

“Sereis como deus” — dissera a serpente aos protagonistas da primeira aventura do saber, ao pé da árvore da sabedoria, com seu fruto proibido. Desde então, a relação entre saber e poder vem regendo a história do mundo. Quem sabe, pode. Quem sabe, arma sua máquina de dominação, com o poder real — o poder fundado no saber — o único que não é falso, nem frágil, nem efêmero.

A história do poder se confunde com a história do saber, e os equívocos do poder acompanham os equívocos do saber. Já nos primeiros dias da invenção do saber, se desconfiava disso. O trágico grego de “Ifigênia em Áulida” fala de um rei bárbaro que proibiu que seus filhos fossem educados: aprenderiam a tremer diante de um mestre, e nunca seriam príncipes valentes e guerreiros sem temor. Em contrapartida, o tirano Hiparco mandava ler Homero na praça pública, e chamou a Atenas Anacreonte e Simônides para melhorarem o povo, isto é, para o educarem. Em outras palavras, para que o povo aprendesse a ser dócil e fiel ao governo. Uma antiga terrorista nos Estados Unidos confessou-me, certa vez, que abandonara as bombas, as armas, os atentados e os seqüestros, mas que continuava fiel à esperança de tomar o poder no país, para sua classe e seu grupo. E explicou: vamos tomar o poder, pelo saber. Os que hoje detêm o poder, conseguem manter-se nele, apenas porque detêm o saber — a maior parcela de saber da sociedade. E acrescentava: — nós estamos tomando o saber, para tomar o poder. As universidades americanas estão sendo ocupadas pelas classes dominadas, que se preparam nas áreas decisivas do saber — a história, a filosofia, as línguas, as letras e as artes, enquanto as classes dominantes estão desertando desses territórios vivos do saber. Os filhos dos milionários, dos industriais, não aprendem mais nada nas universidades, voltados apenas para os ramos utilitários: formam-se em gerência geral, em marketing, em administração de empresas, em economia ou estatística, ou coisas parecidas. A história, o pensamento puro, a lógica e a mágica do saber estão nas mãos dos estudantes vindos das camadas mais sofridas do povo. A prazo médio — o prazo da formação de duas ou três gerações — teremos dominado o saber e, pois, o poder da sociedade”.

É certo que a palavra "Universidade" foi cunhada na Idade Média, com o termo do baixo latim, para indicar um grupo de mestres e discípulos: "Universitas magistrorum et... scholarium". Mas, nas verdade, desde o início, cuidava-se nessas altas escolas de aparelhar a inteligência com a arquitetura abrangente de todo o universo do saber. Pois, da invenção do saber partiu-se para a invenção da educação e da cultura. Pitágoras, que foi talvez o primeiro educador, ensinava aos seus discípulos, ao lado das matemáticas e da física, a poesia, a arte de governar até o bom regime alimentar.

Xenófilo, no século 3, A.C. pedia aos mestres que ensinassem aos discípulos todas as coisas do saber, para que pudessem ser cidadãos de uma cidade com leis melhores. Um dos "logos" heraclíticos que nos restam, diz exatamente que "a educação há de ser um segundo sol para os ilustrados". O sol ilumina tudo. Jaeger, para quem toda a cultura helênica se fundava sobre uma permanente paideia, lembrava o caso do jovem Téagis que, preparando-se para ser um guerreiro, sabia a luta e as letras, a música e a dança, mas queria aprender outras coisas, porque todo saber é omnidimensional.

Sócrates achava que a educação era tão poderosa, que com ela se podia corrigir até a feiura do próprio rosto, com as linhas do espírito riscando-se sabiamente na face.

Desde cedo, estabeleceu-se uma dicotomia que é ainda hoje a crise maior da educação. Ela foi, na verdade, uma invenção dos sofistas e dos filósofos ilustrados. Mas a originalidade de Sócrates é que inventou a Universidade propriamente dita: não orientou a educação para o exterior, mas para o ser e a vida, advertindo que era precário aprender apenas nos livros. Era necessário ter mestres, para debater... Pagou com a vida sua vocação para a transmissão do saber, acusado de corromper isto é, de dominar, os jovens: — "sugas os cérebros dos rapazes, e eles te respeitam mais do que aos pais". A resposta do filósofo poderia estar inscrita no pórtico de todas as Universidades do mundo, porque ela se confunde com aquela inscrição a que aludimos, na fachada da Universidade de Heidelberg: — "ao espírito vivo".

Diante desse mestre maior, há de curvar-se em sinal de respeito todo aquele que tiver sido tocado um dia pelo sopro do saber, pois foi ele o inventor, no tempo histórico, da prodigiosa aventura de Adão e Eva, de Phaeton ou de Prometeu no tempo mítico. Sócrates foi o inventor da Universidade.

Passemos por alto pela fascinante história institucional da Universidade, que adquiriu este nome, "tout court" pelas alturas do século 14, quando teve sua existência estabelecida pelas autoridades civis e religiosas, incorporada de um embrião que se chamava "Studium", "Studium generale", ou "Universitas Studii". O *Studium* era uma espontânea combinação de mestres e discípulos, como as corporações profissionais da Idade Média. A Universidade surgiu, então, como um microcosmo do saber universal, reunindo e protegendo estudantes de países estrangeiros. Qualquer mestre podia organizar a sua, dependendo do alvará do Chanceler de uma Catedral, que autorizava a "facultas ubique docendi". Daí também o nome de "Faculdade", mais tarde atribuído a todas as escolas universitárias.

No fim do século 13, cresce a noção de que a essência do "Studium generale" era conferir o "jus ubique docendi" — o diploma de professor. Durante séculos, a história da Universidade se confundirá com a história da teologia católica, como, na Alemanha, um século depois da Reforma, se identificará com a história da teologia luterana. Ainda hoje existem muitos desses centros veneráveis do saber, como as Universidades de Paris ou de Bolonha, do século 12, a de Heidelberg, de 1385, e tantas outras.

* * *

Em que consiste hoje a Universidade? Ortega y Gasset, que foi uma espécie de reitor magnífico da Universidade como catedral do saber em todo o Ocidente, verifica duas funções precípuas na Universidade de nossos dias: — 1 — o ensino das profissões intelectuais; 2 — a investigação científica e a preparação de futuros investigadores.

Na Universidade, portanto, se cultiva a ciência, se ensina a investigar, e se preparam profissionais: nela se produzem médicos, advogados, engenheiros, administradores, professores, e assim por diante.

O ensino superior consiste, assim, na profissionalização e na investigação — coisas evidentemente díspares. Pois, ser advogado, médico, juiz, é outra coisa do que ser fisiólogo ou jurista. Aqueles são nomes de profissões práticas. Estes indicam pessoas voltadas para exercícios puramente científicos.

A sociedade precisa de muitos médicos, dentistas, engenheiros, advogados, arquitetos, etc., mas, realmente, de poucos cientistas. Se necessitasse muitos, seria catastrófico: pois, a vocação para a ciência pura é especialíssima e infreqüente. Tão infreqüente, que Herman Weyl advertia, ainda no primeiro quartel deste século: se morresse de repente uma dúzia de pessoas no mundo, a ciência sofreria um atraso de um século.

Desse modo, parece surpreendente que a Universidade reúna sob o mesmo teto preocupações tão desiguais, como o ensino profissional e a investigação. E este será, sem dúvida, o ponto crucial da Universidade de nossos dias, quando tudo está em crise, no mundo do saber. Talvez não se possa falar de uma crise na Universidade, até porque o que está em crise mesmo é o próprio conceito de Universidade, e com ele o conceito de saber e o conceito de cultura.

A superstição maior deste século é o imediatismo pragmatista. Essa superstição gerou a idolatria da eficiência. Para cada coisa se requer o especialista, o profissional de uma especialidade, isto é, o indivíduo que sabe cada vez mais sobre cada vez menos, segundo a severa observação de Ortega y Gasset. A cultura geral passou a ser apenas um conhecimento ornamental, perdendo-se desse modo a visão cósmica do universo, para a qual todas as vigências se nutrem uma das outras. Assim como ninguém se perde sozinho, nem se salva sozinho, de acordo com a increpação de Dostoievski, nenhuma sustentação científica, nenhuma viga do edifício do saber se ergue em sua estrutura final, sem o apoio e a solidariedade de todas as outras. Como o naufrágio e a perdição dos navegantes de um barco destruído, o naufrágio e a perdição de uma verdade científica afunda sob as mesmas águas todas as outras.

O vínculo que une os feixes prismáticos do saber é a idéia. Não podemos viver sem idéias. Elas são exatamente o contrário do ornamento fútil. Delas depende tudo o que faremos, tudo o que faz o ser humano. Viver é fazer isto, ou o contrário disto. Em certo sentido, nós somos nossas idéias.

Todo homem pertence, consubstancialmente, a uma geração. As gerações, é óbvio, vêm, umas depois das outras, sopradas pelo vento das idéias de seu próprio tempo. O homem há de estar, por isto mesmo, à altura dos tempos, das idéias do tempo. O que se chama "cultura" é o sistema de idéias de cada tempo.

A marca maior da catástrofe de nosso tempo é a invasão do novo bárbaro na cidadela da civilização. O novo bárbaro é o indivíduo que não domina o sistema vital de idéias sobre o homem e o mundo. O novo bárbaro é o especialista — o médico, o advogado, o engenheiro, o economista, o administrador, o comunicador etc. — todos os outros em suma, que sabem cada vez mais sobre cada vez menos.

O exercício absoluto da razão mutila as raízes criadoras do saber. Boljar sabia disso quando dizia que "l'homme se corrompt par l'exercice de la raison, et se purifie par l'ignorance".

A doce e douda ignorância purificadora de Nicolau de Cusa deve ser o confronto erguido contra a impostura do saber dos especialistas.

Vale a pena lembrar aqui a exemplar anedota de uma peça de Jean Cocteau levada ao cinema por Godard: estamos no ano 2.000, em plena era da "science-fiction". O passageiro de uma nave espacial pernoita num hotel de para lá das galáxias celestiais. Todos os serviços do hotel funcionam com a perfeição e a comodidade eletrônica de dispositivos que respondem a um gesto, uma palavra, um simples olhar, que abrem e fecham portas e lâmpadas obedientes a células foto-elétricas. O hóspede do hotel espacial pediu à gerência que lhe mandasse, para o deleite de sua noite, uma bela mulher, inteligente, culta, capaz de manter uma conversação agradável e brilhante.

A mulher chegou. Entreteve o cavalheiro de maneira perfeita, com o encanto e agudeza de sua conversação, jantaram juntos, numa saudável alegria pré-erótica.

Quando chegou a hora do convite final para o leito, a mulher ergue-se espantada: não era sua especialidade. Sua especialidade era cativar os homens pela conversação.

O frustrado hóspede devolve-a ao hotel com uma reclamação. Recebe a resposta de que não pedira uma especialista no ato de amor. Faz, então, novo pedido, agora explícito: queria uma boa amante para a cama. Chegou. Era um deslumbramento erótico irresistível, desde o momento em que entrou. Perdida em seus braços, entre os lençóis, a mulher não lhe dizia nada, nem sequer lhe respondia às perguntas. Praticava silenciosamente o amor, com uma eficiência nunca vista.

Devolveu-a também, indignado, e mais uma vez frustrado. Respondeu à sua reclamação: não pedira uma pessoa

para a conversação, mas para o mero ato do amor. Era uma especialista em sua especialidade, como todas as mulheres disponíveis naquele perfeito centro tecnológico, onde cada uma delas — como todo bom especialista — sabia cada vez mais sobre cada vez menos.

* * *

Dessa barbárie inesperada têm culpa as Universidades. A sociedade necessita de bons profissionais. Cada um de nós precisa um dia de um deles, um especialista do coração, um advogado, um engenheiro eletricitista, um contabilista exato. Mas essa é uma precisão esporádica e episódica. Aquilo de que precisamos todo dia e toda hora é do titular de uma profissão maior — a profissão de ordenar e comandar a sociedade. Quando fracassa na transmissão de cultura que produz esse tipo de profissional — o profissional da ordenação — a Universidade fracassará também, fatalmente, na produção de outros tipos de profissionais.

E aqui vale a pena insistir sobre o convite com que iniciamos esta conversa — o convite à dança de Weber, evocado por Garcia Bacca para o convite a filosofar. A pensar. Pois, não faz muito tempo, alguém, com responsabilidade nominal no comando do país, em pleno recinto de uma Universidade, convidou os estudantes e os professores a não pensarem. Antes de qualquer comentário ao singular convite desse homem público, é impossível fugir à sugestão da inanidade de um outro convite, lembrado por outro pessimista, o filósofo Schopenhauer.

— “Chamemos à porta dos sepulcros — diz o filósofo. Perguntemos aos mortos se eles não desejariam ressuscitar. Certamente responderão que não”. Esta, de resto, era também a opinião de Sócrates, segundo a Apologia, de Platão. E até mesmo a de Voltaire, que, como “le plus grand des médiocres”, tinha o direito de ser otimista. Mesmo assim, porém, é dele a observação de que, se amamos a vida, não podemos negar que o nada também tem seus atrativos.

Pois bem: o homem público que convidou a Universidade a não pensar, não sabia, de certo, ele mesmo, a natureza do convite que estava fazendo. Ao invocar as dificuldades econômico-sociais do país, sustentava a tese de que a Universidade não deve manter cursos em que os rapazes e as moças estudem coisas para as quais não há mercado de trabalho.

E isto, com a recomendação seu Ministro para Negócios de Educação e Cultura, um cavalheiro que certamente se encontrava naquele posto mais ou menos como aquele herói de Stendhal, que esteve na batalha de Waterloo, sem saber de que guerra estava sendo testemunha ou protagonista. Esses homens públicos dão a impressão de que pisaram as brasas e as cinzas do borralho fumegante da revolução estudantil de 68, sem saberem o que estava ocorrendo. Dela não tomaram conhecimento, nem em 69, nem em 70, nem hoje, e não sabem como o jovem herói Stendhaliano, das ressonâncias do pedaço de chão da história em que foram situados.

Se não fosse com as razões da ignorância, seria com os motivos do pessimismo de Schopenhauer, que os autores desse depravado conceito de Universidade, estariam dando a impressão de que acreditam na morte do saber. Na morte da vontade dos mestres e dos jovens para o saber. Uma vontade de tal forma sepultada por um sistema educacional inverso, que seria inútil bater à porta de seus túmulos.

A invasão dos bárbaros projetou, em nosso tempo, uma religião, de resto frustrada, de idolatria do êxito e superstição pelo arrivismo. É a geração do arrivismo, que só quer "arriver" — quer chegar lá, como já se diz até na gíria. Na verdade, os que querem chegar lá, ignoram a epistemologia implícita ao ato de chegar, e não sabem bem onde é o "lá", que desejam atingir.

Vale a pena lembrar sempre o famoso discurso de Adenauer, na primeira feira industrial da Alemanha do pós-guerra, a que tive o privilégio de assistir em 1954. Mostrando às nações, o milagre do ressurgimento alemão e a pujança de uma indústria e de uma tecnologia surgida sobre as cinzas da destruição, advertia o mundo e seu próprio país: a Alemanha devia, segundo disse, todo o prestígio daquela ressurreição econômica muito menos a seus engenheiros, aos seus técnicos, aos seus economistas ou administradores, do que a um silencioso filósofo, perdido na solidão de sua cabana da Floresta Negra, debruçado dia e noite sobre as puras indagações ontológicas do ser e do não-ser, chamado Martin Heidegger.

Quero crer que quando um remoto filósofo grego, chamado Thales, fazia a pergunta inaugural do pensamento humano, a mesma à qual, ainda em nossos dias, Martin Heidegger consagraria toda a sua vida, não havia para ela mercado de trabalho na Grécia. E quando o mesmo Thales, e outros

desocupados riscavam com uma vara a areia do mar da Jônia ou do mar de Líkios, desenhando as figuras elementares do triângulo isósceles, e destacavam, na pureza das fórmulas matemáticas, o claro enigma do cálculo de suas áreas geométricas, também não havia mercado de trabalho para o triângulo retângulo nem para o triângulo isósceles.

Quando um outro grego desocupado, chamado Euclides, escrevia também na areia as 95 proposições que fundaram, para a matemática perene, as paralelas e as perpendiculares, que inventaram os lados do triângulo e do hexágono, e descobriram o círculo e a esfera, é certo que não havia mercado de trabalho para o cone nem para o cilindro, e talvez nem mesmo para a hipotenusa. Entretanto, sem os "Porismas" de Euclides, e sem seus "Elementos de Geometria", não teríamos hoje o avião e o foguete à lua, nem o gramofone, o trem a vapor e nem mesmo a jangada de vela.

E qual seria o mercado de trabalho da esfera, quando Arquimedes, continuando as especulações de Euclides, ensina a Dobiteu que a área de todo círculo é igual à de um triângulo retângulo, em que um dos catetos seja o raio e o outro a longitude da circunferência? Foi especulando sobre coisas ociosas, como a quadratura da parábola, a invenção das hélices, o equilíbrio dos corpos flutuantes, e até mesmo o "Arênário", onde o cálculo dos grãos de areia suficientes para encher a esfera celeste o levaria ao método da formação de grandes números, que o mesmo Arquimedes nos conduziu à teoria da relatividade de Einstein, à teoria quântica de Max Plank, à teoria da indeterminabilidade ou da complementaridade de Heisenberg, que também não tinha mercado de trabalho, mas que hoje ocupam até algumas pessoas bem pagas na indústria e no turismo dos satélites espaciais, ou na maravilhosa prestidigitação dos computadores eletrônicos.

Houve um caolho, em Portugal, chamado Luís Vaz, também conhecido por Camões, que buscou com sua espada o mercado de trabalho das Índias. Dedicou-se, depois, a uma coisa sem mercado de trabalho, a que chamou "Lusiadas", e um pequeno país da Europa conseguiu se fundar, realmente, sobre os pilares de sua oitava rima. Da mesma forma, um indivíduo chamado Dante Alighieri, expulso de sua cidade como traidor da pátria, abandonou o bom mercado que então oferecia a guerra, desceu ao Purgatório e ao Inferno, subiu ao Paraíso, coisas sem mercado de trabalho, escreveu um poema,

e sobre sua "Terza rima" passou a existir um país que fez desabrochar o renascimento da Europa — Itália.

E se ainda hoje o Caramânlis, o Papandreou e até o rei Constantino podem disputar o poder num país chamado Grécia, é porque um vadio, sem mercado de trabalho, talvez mesmo um cego de feira, chamado Homero, criou uma língua e uma glória sobre a qual se fundou a eternidade de uma nação.

E aí está, depois de 2 mil anos de diáspora, de opressão, de fogueiras, de câmaras de gás, de tentativas seculares e religiosas de genocídio, um povo que reassume o chão de sua pátria — o povo de Israel. Essa façanha não se deve propriamente à generosidade da ONU, nem ao dinheiro dos judeus ricos, nem à tecnologia de seus profissionais, nem à audácia de seus políticos e de seus generais. Deve-se, antes de tudo, a Isaias, Jeremias, Ezequiel e Daniel, a Nahum e Habacuc, ao cantor dos Salmos e outros cantores que se ocuparam em proferir profecias para seu povo.

Não acreditamos que Ageu e Sofonias e nenhum deles tivesse, à época, bom mercado de trabalho para a profecia e os cânticos de Salomão. Até porque a profecia e os hinos, como bem sabemos os poetas e os profetas, são coisas geralmente sem mercado de trabalho. Entretanto, é sobre o alicerce imortal de suas imprecações proféticas, que viceja e floresce o povo de Israel através dos milênios.

Sabemos, é certo, de alguns povos que só preparavam seus jovens para as carreiras ou profissões de bom mercado de trabalho. Os fenícios, por exemplo. Mas é pena que esses povos se acabaram, e não estão mais aqui para dizer se foi boa ou má sua experiência. E a única coisa que sabemos deles, é por alguns poetas, historiadores e arqueólogos de outros países — homens de profissão marginal, sem mercado de trabalho, que às vezes exploram as únicas coisas que restam dos fenícios: algumas relíquias de esculturas perdidas, e alguns fragmentos de inscrições rupestres, até coloridas, perpetradas certamente por uns poucos maus fenícios, refratários ao mercado de trabalho. Os únicos, aliás, que sobreviveram.

Assim como a Fenícia não pode produzir uma Universidade, a Universidade não deve produzir uma Fenícia. É certo que nossa fatigada civilização vive dias indigentes — os tempos indigentes da denúncia de Heidegger. Que tempos serão estes?

Para a definição da inteligência ou do espírito de uma época, mais do que isto, da cultura de um tempo histórico e de seu sentimento do homem, formulava Ortega y Gasset uma curiosa indagação: — se o gênero humano fosse chamado a enviar aos habitantes de uma outra raça planetária o representante típico e exemplar de nosso planeta — a quem poderia escolher? As escolhas sugeridas, ou antes denunciadas pelo próprio Ortega refletem a infidelidade de cada época a uma axiologia permanente dos valores ontológicos do ser humano. Pois, segundo ele, se na “idade de ouro” a sociedade escolheria possivelmente um poeta para representá-la em Marte ou onde quer que fosse, naqueles dias em que escrevia “La Rebelión de las Masas”, o escolhido seria, certamente, um engenheiro. Hoje, talvez se mandasse um astronauta, ou um campeão olímpico.

O assunto tanto pode prestar-se a um jogo decisivo em torno da própria escatologia do ser humano, como a uma especulação divertida e folclórica sobre a vocação das idades históricas, ou a incapacidade das pessoas para adotarem uma perspectiva idônea do tempo e do espaço. O próprio presidente dos Estados Unidos, ao saudar seu colega brasileiro e o povo de nosso país, apontou, como representante exemplar de nossa verdade de povo, um magnífico jogador de futebol. Mas isto é outra história.

Todos os equívocos da pobreza dos tempos decorrem de um equívoco maior, em torno do primado do ser, ao qual se opõe, indevidamente, o primado da razão. Só a primazia do ser — seu reconhecimento — a primazia do saber — nos poderia dar a pista para a provocante proposta da escolha de um representante do homem a ser enviado a marcianos ou selenitas. Até porque a primazia do ser, longe de demitir o homem de todas as ambiências de sua própria historicidade, enriquece essa vigência na pureza e no vigor de sua plena autenticidade.

As circunstâncias são escravas da razão. Tristão de Athayde lembra, a propósito disso, a sentença de Santo Tomás de Aquino, segundo a qual “a razão é apenas a imperfeição da inteligência”. Desse modo, tendo cada época suas próprias circunstâncias e sua própria razão, estaria também cada uma delas sujeita à confusão de tomar a nuvem por Juno e, pois, eleger seu representante como representante da humanidade, isto é, uma espécie de representante da Mesopotâmia, como na anedota de Victor Hugo.

O século das hetaíras, na Grécia, ou os salões de Luís 14, com o refinamento próprio das culturas amadurecidas para o envelhecimento, não escolheriam o mesmo representante para o qual se voltariam as culturas marcadas pelo fervor juvenil do desenvolvimento tecnológico, ou pelo fulgor da idade adulta, como a Grécia do século V, a Espanha e a Inglaterra do século XVI, ou a França do século XVII.

As épocas intermediárias, por outro lado, situadas entre o fim da maturidade e a plenitude da juventude "réussie", incapazes de distinguir suas próprias fronteiras, também não saberiam distinguir as fronteiras do homem — aquele ser buscado por Goncharov, quando Oblomov emerge de súbito, da indolência de seu sono, para clamar: — "o homem, onde está o homem?"

Será talvez pedagógico lembrar que nós mesmos não costumamos identificar entre os contemporâneos seres exemplares do heroísmo, da virtude e da sabedoria em que situamos o culto de nosa frustrada vocação. É quase sempre na lonjura das idades, na aurora dos povos, nas inocências da infância humana, que vamos buscar nossos deuses e nossos heróis. E é do fundo do coração que eles se projetam para a memória, iluminados ao clarão da lenda, para povoar a escura solidão de nosso próprio tempo histórico.

Musil anotava isto, na epopéia anti-épica de seu "O Homem sem Qualidades", ao verificar que não será sem razão que, nas épocas cujo espírito parece uma feira livre, o papel da antítese seja devolvido aos poetas, que não têm nada a ver com o tempo circunstante. Eles não se maculam com o efêmero pensamento do tempo, com o falso primado da razão do tempo e, por isso, produzem uma poesia pura. Falam o dialeto morto da grandeza humana, como se não tivessem saído da eternidade senão para uma breve estada na terra.

Parece, então, um paradoxo, mas é assim, até porque o paradoxo é quase sempre o fio de Ariadne que nos leva da razão para a inteligência, e da inteligência para a intuição — o conhecimento mágico: o poeta, justamente o habitante estrangeiro do planeta em que vivemos, é o único que pode ser representante exemplar do ser humano, para o episódio proposto por Ortega. O poeta, ou o santo, ou o mero herói. Cada um deles, não sendo escravo de tempo algum, é na verdade, o senhor de todos os tempos. Porque foi ele o inventor do saber, tendo sido essa invenção um ato poético por excelência.

O poeta está para o ser humano, como a Universidade está para a sociedade. Ela há de ser a guardiã permanente do saber para nutrição da sociedade. Ela não pode ser apenas uma eficiente escola de preparação de profissionais, mas "además otra cosa", como quer o mestre da "História como Sistema". A Universidade precisa não só de "contato permanente com a ciência, sob pena de aniquilar-se", mas também "de contato com a existência pública — com e realidade histórica, com o presente, que é sempre um "integrum", e só pode ser tomado como uma totalidade, sem amputações "ad usum delphini". Abrangente e universal ela tem que ser contemporânea do passado, do presente e do futuro, pois só assim aberta à plena atualidade, situada no meio dela, submersa, imersa e emersa na fonte das águas do saber de todos os tempos.

Creio profundamente que é uma questão de vida e morte, especialmente num país como o nosso, que apenas balbucia sua própria história, que madruga nos anhelos vestibulares de sua civilização, — uma questão de vida e morte — insisto — que a Universidade assuma aqui um posto de reitoria do destino nacional — a reitoria cultural, profissional e científica que lhe é própria.

Só assim, assumindo a Universidade sua missão de depositária e distribuidora do saber — ao lado de seu dever quantitativamente maior, mas qualitativamente menor, de instituição para formar estudantes — só assim será capaz de preparar os que comandam a história, e de ser, no Brasil, o que foi em outras partes e em tempos melhores: o pulso da história de um povo.

Não poderia fazer augúrio melhor do que este para a Universidade de minha terra. Desta terra, que o filho exilado tem levado como um bem pungente e inestimável no coração rachado pelas raízes da saudade sempre longa. Rachado, mas também nutrido por ela, como nesta hora em que participa do fervor desta Casa, cérebro e alma do país do Ceará Grande.